

EDUCAÇÃO CAMPESINA: CURRÍCULO, IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL DA ESCOLA MUNICIPAL OZIEL ALVES DE AÇAILÂNDIA/MA

Karla Janys Lima Nascimento¹
Lourival da Cruz Galvão Junior²
Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira³

Data de recebimento: 02/06/2019

Data de aceite: 03/12/2019

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar se o currículo ofertado pela Escola Municipal Oziel Alves, escola campesina do município de Açailândia/MA, atende às características da vida no campo e se contempla o currículo social da comunidade em que os alunos estão inseridos. O currículo educacional é entendido como o conjunto de intenções que permeia todo o ambiente escolar, bem como as interações deste com a comunidade ao seu entorno. No entanto, questiona-se se é possível ofertar um currículo educacional para uma escola campesina, articulando-o a vida dos alunos de forma que a reafirme suas identidades e diferenças culturais. Como procedimento metodológico optou-se pela pesquisa qualitativa pelo fato desta não se preocupar com a representatividade numérica, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização. Na análise dos dados optou-se pela análise do discurso com base em Michel Foucault, considerando que suas preocupações problematizam as práticas discursivas implicadas nas relações de poder estabelecidas na sociedade. A investigação na Escola Municipal Oziel Alves verificou que a atuação de profissionais que cursaram Licenciatura em Educação do Campo oportuniza aos educandos práticas pedagógicas que valorizam a cultura local, pela qual os saberes campesinos são incorporados ao currículo escolar de modo integrado.

Palavras-Chave: Currículo. Currículo Social. Educação do Campo. Saberes Campesinos.

¹ Mestranda em Desenvolvimento Regional pelo programa de Pós-graduação em Administração da Universidade de Taubaté (UNITAU), com graduação em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Maranhão e especialização em Planejamento Ambiental pela Universidade Estadual do Maranhão e em Tecnologia da Informação para Educadores pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. E-mail: karlajnascimento@hotmail.com

² Jornalista. Doutor em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), Mestre em Linguística Aplicada e Jornalista formado pela Universidade de Taubaté. Docente e pesquisador do Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional do programa de Pós-graduação em Administração da Universidade de Taubaté (UNITAU). Coordenador e docente dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Módulo (Caraguatatuba/SP). E-mail: galvaojr@uol.com.br

³ Economista. Doutor em Organização Industrial/ ITA. Professor e Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional (PGDR) - Universidade de Taubaté (UNITAU). E-mail: edson.oliveira@unitau.com.br.

PEASANT EDUCATION: CURRICULUM, IDENTITY AND CULTURAL DIVERSITY OF THE OZIEL ALVES MUNICIPAL SCHOOL OF AÇAILÂNDIA/MA

Abstract

This article aims to analyze if the curriculum offered by Oziel Alves Municipal School, a rural school in Açailândia / MA, attends to the characteristics of rural life and contemplates the social curriculum of the community in which the students are inserted. The educational curriculum is understood as the set of intentions that permeates the entire school environment, as well as its interactions with the surrounding community. However, it is questioned whether it is possible to offer an educational curriculum for a peasant school, articulating it to students' lives in a way that reaffirms their identities and cultural differences. As a methodological procedure, the qualitative research was chosen because it is not concerned with numerical representation, but with the deepening of the understanding of a social group or an organization. In the data analysis, we opted for the discourse analysis based on Michel Foucault, considering that his concerns problematize the discursive practices implied in the power relations established in society. The research at Oziel Alves Municipal School found that the performance of professionals who attended a degree in Rural Education provide students with pedagogical practices that value the local culture, through which peasant knowledge is incorporated into the school curriculum in an integrated manner.

Keywords: Curriculum. Social Curriculum. Field Education. Knowing Peasants.

Introdução

No Brasil, a educação campestre vem se constituindo de forma afirmativa e efetiva. Inicialmente, o termo utilizado era *Educação Básica do Campo*, surgido na conjuntura da organização da I Conferência Nacional Básica do Campo, realizada na cidade de Luziânia, estado do Goiás, no período de 27 a 30 de julho de 1998. Houve a mudança no termo, passando a ser denominada *Educação do Campo* a partir das discussões do I *Seminário Nacional* realizado em Brasília, de 26 a 29 de novembro 2002. A Discussão nasceu quando os sem-terra pensaram uma nova escola que desenvolvesse uma educação aberta para o mundo desde o campo, ou seja, ver o campo como parte do mundo e não como aquilo que sobra além das cidades. A mudança foi realizada no contexto da aprovação do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 36/2001, relativos às Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Como prática social, a Educação do Campo tem seu processo de construção histórica, pautada em lutas e reivindicações de variados movimentos sociais que apresentam características próprias, diferenciando-a e levando em suas bases suas culturas identitárias. Segundo Caldart (2012) a “consciência de mudança” que seu nome expressa:

Constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) feita por eles mesmos e não apenas no nome”. A educação do campo não é para nem apenas com, mas sim, dos camponeses, expressão legítima de uma pedagogia do oprimido.

Combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Por isso, sua relação de origem com os movimentos sociais de trabalhadores. Na lógica de seus sujeitos e suas relações, uma política de Educação do Campo nunca será somente de educação em si mesma e nem de educação escolar, embora se organize em torno dela.

Suas práticas reconhecem e buscam trabalhar com a riqueza social e humana da diversidade de seus sujeitos: formas de trabalho, raízes e produções culturais, formas de luta, de resistências, de organização, de compreensão política, modo de vida. Mas seu percurso assume a tensão de reafirmar, no diverso patrimônio da humanidade que se almeja a unidade no confronto principal e na identidade de classe que objetiva superar, no campo e na cidade, as relações sociais capitalistas.

Seus sujeitos têm exercitado o direito de pensar a pedagogia desde a sua realidade específica, mas não visando somente a si mesmos: a totalidade lhe importa, e é mais ampla do que a pedagogia. Os educadores são considerados sujeitos fundamentais de formulação pedagógica e das transformações da escola. Lutas e práticas da Educação do Campo têm defendido a valorização do seu trabalho e uma formação específica nessa perspectiva.

O artigo a seguir foi produzido metodologicamente com base em revisões bibliográficas e documentais referendadas nos pesquisadores e estudiosos que tratam do tema (ARROYO, CALDART E MOLINA, 2008) que discorrem sobre a produção do conhecimento nas escolas do Campo que devem propiciar a ressignificação de memórias, identidades e histórias vividas pelos sujeitos visando se articular para superarem a opressão, o analfabetismo, a fome e a falta de projetos emancipatórios para com o homem e a mulher do campo. Para análise dos dados pesquisados recorre-se também ao pensamento de Michel Foucault (1996):

[...] para auxílio nas análises das relações de poder e da ordem dos discursos políticos referentes a currículo, unindo os elementos como as subjetividades, as identidades e as diferenças presentes no projeto Político Pedagógico de uma escola do Campo (FOUCAULT, 1996).

Levando em consideração tais afirmativas e acreditando no diferencial que a educação campesina apresenta estabelecemos a seguinte a problemática que questiona se é possível ofertar um currículo educacional para uma escola campesina articulando-o a vida dos alunos de forma que reafirme suas identidades e diferenças culturais. Para tanto, o objetivo central é analisar se o currículo ofertado pela Escola Municipal Oziel Alves, escola campesina do município de Açailândia/MA atende às características da vida no campo e contempla o currículo social da comunidade em que os alunos estão inseridos.

Currículo do campo

O currículo educacional é entendido como o conjunto de intenções que permeiam todo o ambiente escolar, bem como as interações deste com a comunidade ao seu entorno. Segundo Moreira e Candau (2008, p.28) o currículo é “um conjunto de práticas que propiciam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais”. Sendo assim, a construção da identidade está diretamente relacionada à natureza do conhecimento veiculado no currículo escolar.

O conhecimento que deve ser veiculado na escola é aquele produzido no ambiente escolar e essa produção parte da realidade deste ambiente. O que se vê, ainda, na atualidade é uma produção partida de fora do ambiente, sobretudo, nas escolas campesinas que são permeadas por culturas urbanizadas que não condizem com suas reais necessidades. Isso acontece pelo fato de um olhar distorcido, sobre um preconceito de que aquilo que é campesino é inferior ao que é urbano, o que faz com haja uma desvalorização da cultura e da identidade do campo. Por muito tempo, perdurou a visão que o campo era um lugar considerado sem cultura e atrasado, que precisava ser superado. Arroyo, Caldart e Molina (2008) afirmam que a relação campo-cidade perpassa por uma visão majoritária que:

[...] considera o campo como, lugar atrasado, inferior e arcaico. Nas últimas décadas consolidou-se um imaginário que projetou o espaço urbano como caminho natural único do desenvolvimento, do progresso, do sucesso econômico, tanto para indivíduos como para a sociedade (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2008, p. 11).

Os autores afirmam a “Educação como um direito humano, um direito de todo cidadão e dever do Estado” (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2008, p. 9), foi pronunciada para todos primeiro na cidade, mas no campo ainda enfrenta muitas barreiras para chegar - fato que reafirma que, durante muito tempo na história da educação brasileira, os povos do campo foram tratados como sujeitos à margem do processo social - cultural, econômico, educacional e político, o que contradiz a Constituição Federal de 1988 que considera que a educação é para todos, independentemente da localização geográfica onde os indivíduos residem, se no campo ou na cidade.

É necessário recuperar o significado histórico, político e etimológico da palavra camponês, que lamentavelmente ainda é usado de modo pejorativo por muitos, desse modo, descaracterizando a figura desses trabalhadores. O silêncio, o esquecimento e a exclusão do campo são elementos fundamentais nos debates contemporâneos. Assim:

O movimento *Por Uma Educação do Campo* nasceu para denunciar esse silenciamento e esquecimento por parte dos órgãos governamentais, dos núcleos de financiamento e estímulo à pesquisa, dos centros de pós-graduação e dos estudiosos das questões sociais e educativas (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2008, p. 8).

A presença e organização dos movimentos sociais no panorama político e cultural do Brasil têm contribuído para questionar além do silenciamento e o esquecimento os procedimentos formadores que alicerçam a construção dos saberes e conhecimentos ligados à cultura e à identidade do camponês.

Estudos recentes sobre o tema apresentam a urgência do conceito de educação do campo, que se contrapõe à visão tradicional de educação rural. A expressão “do campo” é utilizada para designar um espaço geográfico e social que possui vida em si e necessidades próprias, como parte do mundo e não aquilo que sobra além das cidades. O campo é concebido enquanto espaço social com vida, identidade cultural própria e práticas compartilhadas, socializadas por aqueles que ali vivem.

O ponto central é que na constituição de um plano de educação para o campo é essencial que sejam valorizados os processos educativos, ou melhor, que a educação básica no campo observe e valorize as matrizes culturais dos povos. Faz-se necessário reconhecer, assim, a existência da cultura urbana, mas também de uma cultura da terra, com o modo de vida peculiar do camponês. Para tanto, é preciso relacionar o cotidiano da escola, o currículo e a prática escolar àquelas matrizes culturais e à dinâmica do campo.

(..) as práticas culturais são mais que ações e atuações. As ações sociais operam como atuação simbólica. O distanciamento entre as ideias e os atos são formas de pensamentos forjados. Para tanto, deve observar-se ao oblíquo na interação entre o mundo social e o político e as diversas práticas culturais presentes nos diferentes lugares (CANCLINI, 2008).

As escolas inseridas no Campo estão diretamente conexas a tudo aquilo que permeia a comunidade. Seu currículo social, sua cultura, sua forma de organização, de produção direcionam, entre outros, o calendário escolar, numa troca constante, em que a escola influencia a comunidade e é influenciada por ela. Isso demonstra a construção de uma identidade única arquitetada no dia a dia por todos os envolvidos no processo: pais, alunos, funcionários, membros da comunidade em geral, constituindo uma política de prática social indispensável a essa identidade.

Os envolvidos, citados anteriormente, conceituam o que é e o que pode ser a Educação do Campo, numa prática social que não se encerra em si mesma e nem apenas a partir das questões da educação, mostrando e confrontando contradições sociais que a produzem. A tríade campo-educação-política pública deve guiar questionamentos primordiais acerca da realidade educacional da população trabalhadora do campo independente onde ela esteja, como uma forma de valorização não só da cultura desta, mas dos partícipes nela inseridos. Arroyo, Caldart e Molina (2008, p. 7) afirmam que “nas últimas décadas assistimos a uma instigante presença dos sujeitos do campo na cena política e cultural do país. Mostram-se diferentes e exigem respeito”.

Desse modo, a educação do campo apresenta-se também como um espaço político, onde relações de poder são estabelecidas no conjunto da diversidade cultural que compõem os sujeitos detentores de saberes e conhecimentos próprios cujo modo de vida se constitui na relação entre o natural e o social.

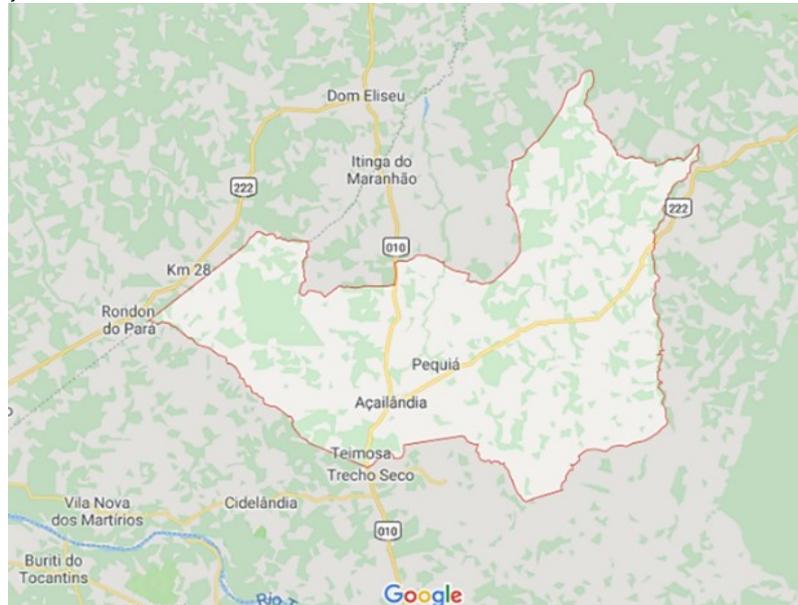
É fundamental efetuar um levantamento da história, buscando refletir como o discurso está legitimado, levando-se em consideração que ele é baseado em pensamentos e condições de mundo em que o grupo ou sujeito procura legitimar de acordo com seus interesses (FOUCAULT, 2013)

A educação camponês e a cidade de Açailândia

Açailândia é um município brasileiro do estado do Maranhão que surgiu em 1958 com as obras da BR-010, que mobilizaram 1,2 mil trabalhadores na região. O nome do município vem do açazeiro, árvore abundante na época. A economia rural ganhou impulso após o assentamento de famílias cearenses na Colônia Gurupi, nos anos 1960, com incentivo estadual. O município tornou-se o maior produtor de arroz, milho, mandioca, feijão, pimenta-do-reino e tomate do Maranhão e a pecuária também ganhou destaque.

A localidade foi emancipada em 06 de junho de 1981, pelo então governador João Castelo. Antes, pertencia geograficamente ao município de Imperatriz. É o oitavo município mais populoso do estado, com um total de 111.757 habitantes, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018. Com base na Lei estadual complementar n.º 108 de 21 de novembro de 2007, o município é sede da Região de Planejamento dos Carajás e integra as 32 regiões de planejamento do estado (IBGE CIDADES, 2019).

Figura 1: Mapa de Açailândia



Fonte: Google Maps

Tem sua Rede educacional organizada em torno de uma Secretaria Municipal de Educação e conta com 75 unidades escolares sendo que, destas, 26 são escolas campesinas, o que motivou a escolha pela temática deste artigo. Entre elas está a Escola Municipal Oziel Alves, localizada no Assentamento Nova Conquista fonte de pesquisa deste trabalho.

Figura 2: Mapa do Assentamento Califórnia



Fonte: Google Maps

A citada escola teve sua fundação em 1996 e foi nomeada em homenagem ao jovem Oziel Alves Pereira, de 17 anos, então militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra assassinado

em 17 de abril de 1996 na Curva do “S” em Eldorado dos Carajás, estado do Pará. Inicialmente, funcionava atendendo apenas o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série sendo, gradativamente, implantada a segunda etapa do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries).

Figura 3: Fachada da EM Oziel Alves



Fonte: Arquivo da Escola

Atualmente, a escola atende da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental, com 02 turmas de Educação de Jovens e Adultos, com um total de 16 professores. Sua sede também funciona como um anexo do Centro de Ensino Lourenço Antônio Galletti - Escola de Ensino Médio com turmas de 1º ao 3º ano nos turnos matutino, vespertino e noturno.

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação de Açailândia,, o público atendido no local totaliza 215 alunos que são distribuídos nos três turnos de funcionamento da escola, sendo a maioria filhos de agricultores e agricultoras que residem no assentamento e em comunidades circunvizinhas - boa parte oriundos da região Nordeste que, destes 78%, são do estado do Maranhão. A principal fonte de renda de suas famílias é a agricultura, a produção de leite e a criação de animais de pequeno porte, com vínculo, em sua maioria, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais.

Todos os funcionários da escola são do Assentamento Nova Conquista, assentados ou filhos e filhas de assentados. Os professores são um total de 15, todos efetivos, graduados e especialistas em suas respectivas áreas. Destes, 10 foram graduados pelo MST/PRONERA - Programa Nacional de Educação das Áreas de Reforma Agrária, que apoia cursos desde a alfabetização até a pós-graduação para promover o desenvolvimento do campo. Os cursos apoiados pelo PRONERA atendem a jovens e adultos de assentamentos criados ou reconhecidos pelo Incra, quilombolas e trabalhadores rurais acampados cadastrados pelo instituto, além de beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Dentro do quantitativo atendido pelo programa, um professor já concluiu o mestrado em Agroecologia pela Universidade Federal de Santa Catarina e uma professora está cursando o mestrado em Educação do Campo pela Universidade Federal do recôncavo da Bahia - UFRB. Estes fatores apresentam perspectivas positivas, uma vez que há valorização dos docentes e, conseqüentemente, contribuição para melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

As famílias assistidas pela escola são de agricultores e agricultoras, em sua maioria (78%), oriundos de várias regiões do Maranhão, sendo o restante de outros estados da Federação, principalmente do Nordeste. Sua principal fonte de renda é a agricultura, a produção de leite e a criação de animais de pequeno porte.

O currículo da escola

A escola - conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP), o Plano Anual de Trabalho (PTA) e os Planejamentos Bimestrais (2018) que foram objetos de pesquisa deste trabalho - desenvolve suas ações a partir dos princípios filosóficos da Educação do MST. No seu cotidiano, de forma pensada ou não, ensina através dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula e a partir de todas as ações e relações estabelecidas entre os sujeitos. O fato é reafirmado em Relatório de Acompanhamento da Prática Pedagógica da Escola no ano de 2018, organizada pela supervisão escolar.

A escola Oziel se caracteriza por ser uma escola do Campo, vinculada a um movimento social de luta pela terra, nesse sentido, tem feito o esforço em seu processo histórico de se constituir enquanto escola fundamentada nos princípios da educação e da pedagogia do MST construídos historicamente a partir das experiências concretas de educação nos acampamentos e assentamentos, bem como na legislação brasileira no que concerne à educação (LDB 9394/97 e nas diretrizes Operacionais para a Educação Básica em Escolas do Campo). Nesse sentido busca-se efetivar um currículo que contemple a diversidade cultural e a formação dos seus sujeitos nas diversas dimensões (RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002 no Art. 5º)

Como todas as escolas ligadas ao MST, a Escola Oziel Alves trabalha na perspectiva de ensinar a ler, escrever e calcular a realidade, preparar igualmente para o trabalho manual e intelectual. Ensinar a realidade local e geral formando sujeitos capazes de construir sua própria história. Nesse sentido, os princípios pedagógicos assumidos pela proposta da escola, resgata grande parte dos conjuntos dos princípios da educação no MST. De forma mais explícita, destaca-se (MST 1996), os seguintes princípios:

I - Coletividade e Participação - atuar coletivamente e de forma democrática nas discussões e encaminhamentos da escola.

II - Integração - a escola valorizará e possibilitará trabalhos articulados com as famílias e os demais segmentos da comunidade.

III -- Criatividade - a escola desenvolverá ações na perspectiva de estimular a capacidade criadora dos sujeitos do processo ensino-aprendizagem.

IV - Gestão Democrática - entendendo que a escola deve ser um espaço de aprendizado da participação para a prática da democracia, esta deve construir relações que estejam permeadas por ações democráticas e o processo de condução desta através de uma gestão participativa, onde os sujeitos aprendem participar participando.

VI - Dialogicidade - a sociedade brasileira é marcada fortemente em sua formação pela cultura do silêncio, onde o objetivo é a conformidade que amputa no sujeito a capacidade do questionamento, portanto a escola deve ter em suas relações o diálogo como uma prática constante.

VI - Relação entre teoria e prática - é fundamental que a prática social dos sujeitos do processo ensino-aprendizagem seja a base do seu processo formativo e que na escola sejam privilegiadas as práticas.

VII - Realidade como base da produção do conhecimento - a produção do conhecimento é uma das dimensões do processo educativo e esta deve ter como base a realidade do seu entorno como de um todo.

VIII - Conteúdos formativos socialmente úteis - os conteúdos são instrumentos para atingir nossos objetivos, tanto os de ensino quanto os de capacitação. E como instrumentos, precisam ser escolhidos adequadamente e intencionalmente.

Desde sua criação, a escola Oziel Alves tem sido um agente mobilizado e mobilizador em torno das lutas no assentamento para garantir educação e outros direitos para o povo, mobilizando a comunidade para garantir desde a construção de prédio, a contratação de professores e outros funcionários, até a existência de condições de funcionamento.

O princípio da gestão democrática tem sido exercitado e vivenciado pela comunidade escolar. Seus sujeitos são valorizados a partir de práticas educativas que oportunizem a todos a participação e envolvimento na tomada de decisão de forma consciente, contribuindo com seus contextos, suas culturas e seus valores, suas maneiras de verem e de se relacionarem com o tempo e com a terra, para uma formação que seja profissionalizante e que capacite e qualifique os jovens para o trabalho no campo, possuindo assim valores culturais e bens materiais capazes de garantir uma vida digna. Tudo isso contribui à construção do currículo trabalhado na escola, que oportuniza aos alunos desenvolverem suas vivências com a valorização da cultura que é passada de geração em geração em forma de músicas, danças, cantigas, alimentação.

Os docentes exploram questões cotidianas do campo em suas ações, o que se evidencia na análise de seus planejamentos didáticos, pelos quais desenvolvem-se conteúdos que tratam de questões sobre o plantio/colheita de tudo o que o é produzido, como feijão, milho, batata-doce e macaxeira, dentre outros alimentos da terra. Nota-se a adoção de uma práxis metodológica que dialoga com a realidade do meio rural a partir das atividades de ensino desenvolvidas no componente curricular de Agroecologia que se relaciona com o cotidiano e, desse modo, o conhecimento escolar vai abrangendo e valorizando a diversidade cultural dos educandos.

A Agroecologia trata de um debate que vem sendo realizado com muita veemência nos espaços dos movimentos sociais do campo (MST) e nas universidades, inclusive com um acúmulo teórico bastante vasto e sistematizado. Existe uma necessidade real da mudança da matriz produtiva de alimentos na agricultura na perspectiva da produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos. Nesse sentido, têm sido desenvolvidas várias campanhas e projetos nas escolas de assentamentos e acampamentos vinculados ao MST e também uma articulação em vários municípios para que esse tema seja inserido no currículo das escolas do campo. Na escola Oziel Alves o tema tem sido introduzido a partir das campanhas e projetos e no currículo dentro da disciplina de ciências (PPP da escola, 2018).

Os educandos participam ativamente de um processo de formação crítica e política, enfatizando a importância da agricultura de valorizar e reconhecer as belezas, lutas e conflitos presentes no campo, sua paisagem, a abundância de alimentos que são cultivados e união e construção de saberes dos povos camponeses que construídos entre eles próprios para que sua identidade seja reconhecida. Ainda segundo Relatório de Acompanhamento da Prática Pedagógica da Escola do ano 2018:

A Educação do Campo em sua concepção originária propõe um ensino que, como dito anteriormente, desenvolva todas as dimensões do sujeito, nesse sentido os conteúdos a serem trabalhados devem articular todas as áreas do conhecimento, extrapolar qualquer grade curricular e ir para além do livro didático. Alguns princípios pedagógicos nos ajudam a pensar sobre os conteúdos na perspectiva da educação do campo tal qual como a concebemos: 2º combinação metodológica entre processos de ensino e capacitação, 3º A realidade como base do conhecimento, 4º conteúdos formativos socialmente úteis 12º Atitude e habilidades de pesquisa. É na perspectiva de efetivar a educação do campo nessa concepção que a escola Oziel Alves ao longo de sua trajetória tem buscado organizar o trabalho pedagógico em todos os aspectos do processo ensino aprendizagem.

Pensar em educação que visualize a cultura de uma comunidade e a vivência do sujeito nela inserido é, neste contexto, de suma importância para a elevação dos índices de aprendizagem e para o crescimento educacional como um todo.

Considerações finais

No que tange às práticas culturais presentes no cotidiano escolar, as raízes da comunidade escolar estão alicerçadas no campo. O livro didático adotado na escola Oziel Alves é o mesmo livro adotado na área urbana. Porém, para que a escola possa trabalhar os saberes e práticas culturais dos sujeitos do campo existe uma adequação curricular que insere o contexto camponês, de forma que a realidade local e as identidades dos sujeitos que ali estão sejam valorizadas no ambiente escolar, o que confirma o alcance do objetivo traçado.

Com relação à prática pedagógica, existe na escola Oziel Alves uma proposta diferenciada de ensino, pois são consideradas as experiências e os interesses dos alunos. Os educadores da escola, trabalham textos em sala de aula a partir de suas pesquisas e da própria produção sobre o meio rural e sobre as atividades econômicas da região, crenças, lendas e valores, respondendo positivamente à problemática estabelecida neste artigo.

Fica evidente no Relatório de Acompanhamento da Prática Pedagógica da Escola (2018) que a escola pesquisada apresenta diferencial dentre as demais localizadas na área rural do município de Açailândia/MA. Os educadores que lá trabalham moram, em sua totalidade, no assentamento e se graduaram pelo Programa Nacional de Educação das Áreas da Reforma Agrária -MST/ PRONERA, sendo este um dos motivos da ligação que eles possuem com a cultura camponesa. O fato propiciou oferta de um

trabalho pedagógico aos educandos a partir do regionalismo cultural, fazendo com que na escola respire conteúdo do campo produzido pelo e para o campo, agregando os conteúdos urbanos.

Nessa direção, o ensino ofertado na escola propicia uma aprendizagem mais autônoma e voltada ao cotidiano dos seus educandos e aos desafios que vida no campo lhes apresenta. Os professores têm adotado uma práxis metodológica que dialoga com a realidade do meio rural a partir das atividades de ensino que são ofertados os alunos, sendo que essas se relacionam com o cotidiano deles e, desse modo, o conhecimento escolar vai abrangendo e valorizando a diversidade cultural dos estudantes.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRASIL. **Referenciais para uma política nacional de educação do campo**: caderno de subsídios. Brasília, DF: MEC/SECAD - Grupo Permanente de Educação do Campo, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos**. Brasília: 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.presidência.gov./03/Leis/L9394.htm>. Acessado em: 23 de abril de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão** - Brasília: SECADI, 2012.

BRASIL. Educação do Campo. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacaodocampo>. Acesso em 20 de abril de 2019.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. (Ensaio Latino-Americanos, 1).

CNE/CEB. Resolução CEB n. 1, 2001. **Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, DF, 03 de abril de 2002. Disponível em: <http://www.presidência.gov./03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 de abril de 2019.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. Cadernos do Noroeste, Sociedade e Cultura, 1, Série Sociologia, Braga, v. 13, n. 1, pp. 349-370., 1995

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17^o Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTO, G. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese panorama dos municípios**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/acailandia/historico>. Acesso em 05/05/2019.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 2. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2002.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST). Disponível em: www.mst.org.br. Acessado em 03/05/2019 às 11:45

Roseli Salete. **Por uma educação do campo: Traços de uma identidade em construção.** In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). *Por uma educação do campo.* Petropólis: Vozes, 2004.

SANTOS, Natal da Silva dos. **Mística: outra linguagem na escola Oziel Alves.** Monografia (monografia em Letras Licenciatura) - UFPA. Açailândia- MA, 2010.

SETUBAL, Maria Alice. **Diálogos entre cultura e educação na escola.** Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/gestao-escolar/dialogo-cultura-escola-499667.shtml>> Acesso em 18/04/2019.

SILVA, Luís Antônio Lima e. **Relatório de Acompanhamento da Prática Pedagógica da Escola Municipal Oziel Alves.** Açailândia- MA, 2018.